

XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

FORMAÇÃO DE AGENDA NA GESTÃO PÚBLICA: TEORIA DOS FLUXOS MÚLTIPLOS E SUA APLICABILIDADE NO CONTEXTO DE AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS NO PARANÁ

AGENDA SETTING IN PUBLIC MANAGEMENT: MULTIPLE STREAMS THEORY AND ITS APPLICABILITY IN THE CONTEXT OF PRODUCTIVE AGGLOMERATIONS IN PARANÁ

FORMACIÓN DE AGENDA EN LA GESTIÓN PÚBLICA: TEORÍA DE MÚLTIPLES CORRIENTES Y SU APLICABILIDAD EN EL CONTEXTO DE AGLOMERACIONES PRODUCTIVAS EN PARANÁ

Pedro Neves¹

Gabriele Ewilin de Oliveira Ribas²

Carolina Bagattolli³

Walter Tadahiro Shima⁴

Área Temática 4: Crescimento e Desenvolvimento Econômico

JEL Code: Desenvolvimento Econômico, Inovação, Mudança Tecnológica e Crescimento

Resumo: O novo modelo de produção coloca foco nas aglomerações produtivas ou redes de empresas como locais com potencial para a inovação e competitividade. Há muito o plano nacional de desenvolvimento regional - PNDR brasileiro, optou pela estratégia de desenvolvimento a partir dos diferenciais competitivos locais. Tais espaços ganharam notoriedade e são objeto de pesquisas. Muitos estudos já evidenciaram a importância da participação pública com ações específicas para o fomento e desenvolvimento. Esta pesquisa pretende contribuir com a disseminação do conhecimento quando propõe a análise da formação de agenda setting nas políticas públicas para o desenvolvimento local no estado do Paraná nas duas primeiras décadas do século XXI. Os resultados demonstram que o modelo dá conta da análise desta fase pré-decisional na formação de agenda e, dentre os atores que influenciam a abertura da janela de oportunidades, estão os organismos internacionais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Modelo dos Fluxos Múltiplos; Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Aglomerações Produtivas.

Abstract: The new production model focuses on productive agglomerations or networks of companies as places with potential for innovation and competitiveness. The national regional development plan - Brazilian PNDR - has long opted for a development strategy based on local competitive differences. Such spaces have gained notoriety and are the subject of research. Many

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil; ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5375-7906>; E-mail: pedroneves0703@gmail.com

² Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0886-5848>; E-mail: gabriele.ribas@outlook.com

³ Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5103-2868>; E-mail: carolina.bagattolli@ufpr.br

⁴ Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3626-8116>; E-mail: waltershima@ufpr.br



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

studies have already highlighted the importance of public participation with specific actions for promotion and development. This article aims to contribute to the dissemination of knowledge when it proposes the analysis of the formation of agenda setting in public policies for local development in the state of Paraná in the first two decades of the 21st century. The results demonstrate that the model can handle the analysis of this pre-decisional chase in the formation of the agenda and, among the actors that influence the opening of the window of opportunities, are international organizations.

Key-words: Public Policies; Multiple Streams Framework; National Regional Development Policy; Productive Agglomerations..

Resumen: El nuevo modelo productivo se centra en las aglomeraciones productivas o redes de empresas como lugares con potencial de innovación y competitividad. El plan nacional de desarrollo regional - PNDR brasileno ha optado desde hace mucho tiempo por una estrategia de desarrollo basada en las diferencias competitivas locales. Dichos espacios han ganado notoriedad y son objeto de investigación. Muchos estudios ya han destacado la importancia de la participación pública con acciones específicas de promoción y desarrollo. Este artículo tiene como objetivo contribuir a la difusión del conocimiento al proponer el análisis de la formación de agenda setting en las políticas públicas de desarrollo local en el estado de Paraná en las dos primeras décadas del siglo XXI. Los resultados demuestran que el modelo puede manejar el análisis de esta fase pre-decisional en la formación de la agenda y, entre los actores que influyen en la apertura de la ventana de oportunidades, se encuentran los organismos internacionales.

Palabras-clave: Políticas Públicas; Modelo de Múltiples Corrientes; Política Nacional de Desarrollo Regional; Aglomeraciones Productivas.

Introdução

O planejamento e gestão pública são desafios complementares essenciais na atuação dos Estados (Cardoso, 2011). Desta maneira, no Brasil, especialmente a partir do século XX, houve um foco em transformar estruturas econômicas e sociais por meio da industrialização, priorizando o planejamento sobre a gestão pública. Após a década de 1990, influenciado pelo novo modelo capitalista mundial, a gestão pública ganhou maior importância, levando o Estado a adotar uma agenda para racionalizar procedimentos burocráticos e orçamentários.

Destarte, estratégias são adotadas a fim do desenvolvimento nacional, a partir das potencialidades regionais e locais. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) adota o aproveitamento e dinamismo de potencialidades regionais, oportunizando o crescimento de desenvolvimento, geração de renda e a equidade social. No início do século XXI o Governo Federal incorpora a estratégia para Arranjos Produtivos Locais (APL) no plano plurianual PPA 2004-2007 (Brasil, 2004), criando o Grupo de Trabalho APL (GPT APL), com a finalidade de articular e desenvolver esforços de produtores e, assim, induzir o desenvolvimento regional e local. Com o avanço dos estudos, muitas vezes tal nomenclatura foi alterada, porém a estratégia baseada nas potencialidades locais segue alternativa para inovar e criar diferenciais competitivos.

A adoção da rede APL no Paraná foi constituída em 2004, com envolvimento de instituições e órgãos públicos, em prol ao fomento de políticas públicas de desenvolvimento regional. Subsequente a iniciativa, em 2005, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

identificou 22 aglomerações produtivas no Estado do Paraná (Paraná, 2006). Foram evidenciados diversos esforços e aperfeiçoamentos, incluindo os movimentos denominados ultimamente de ecossistemas de inovação, que apostam nas potencialidades locais para inovar via interação entre a iniciativa privada e o setor público (Paraná, 2006).

Assim, o objetivo da presente pesquisa é promover e disseminar conhecimento sobre o modelo dos fluxos múltiplos e analisar como ocorre a inserção de promoção das aglomerações produtivas na formação de agenda setting para as políticas públicas no estado do Paraná.

Operacionalmente, a coleta de dados consistiu em uma revisão bibliográfica integrativa não sistematizada, a fim de compreender a trajetória argumentativa de desenvolvimento regional no campo das políticas públicas, abrangendo a temporalidade de 2000 a 2020. A análise dos dados coletados foi indutiva qualitativa (Assis, 2009), que permite a compreensão das discussões relacionando fenômenos pontuais do desenvolvimento local ao regional.

Aparato dos Múltiplos Fluxos

As políticas públicas se desenvolvem em diversos níveis, baseadas em decisões e ações de diferentes atores, que operam em distintos contextos, defendendo a distribuição de poder e recursos para resolver problemas de interesse local, regional, nacional e/ou internacional. Corroborando com Secchi (2012), política pública é o conjunto de ações empreendidas para solucionar um problema público, abrangendo o conteúdo concreto e simbólico das ações, decisões e atuações políticas. Quando implementada por atores estatais, denomina-se política governamental, uma subclasse da política pública, pois sempre está vinculada a uma intenção, seja de atores estatais ou não.

Para Lowi (1972), cada tipo de política pública pode receber apoio ou rejeição, dependendo do comportamento dos atores em uma arena política. Assim, define quatro tipologias as políticas públicas, a saber: i. políticas regulatórias, que são mais tangíveis e se encarregam da regulação nas sociedades; ii. políticas distributivas, que geralmente privilegiam uma parcela da população; iii. políticas redistributivas; e iv. políticas constitutivas, entendidas como aquelas que estabelecem regras para as demais políticas. A partir desta compreensão, a política orienta e organiza os arranjos políticos entre os atores envolvidos. Destarte, as decisões políticas e as ações governamentais são a base para a análise das políticas públicas, cujo objetivo é identificar se as decisões e programas implantados estão em sintonia com os problemas previamente identificados.

Nesta compreensão de análise, temos Kingdon (2003) e Zahariadis (2007), que articularam o modelo dos fluxos múltiplos para entender a formação da agenda pública, considerando a ambiguidade na tomada de decisão. A referida ambiguidade decorre de três fatores principais, sendo a rotatividade dos atores envolvidos nas decisões, a racionalidade limitada dos tomadores de decisão – que pode levar a preferências vulneráveis frente às alternativas disponíveis, e os conflitos jurisdicionais, incluindo disputas intra e intergovernamentais e contestações sobre as atribuições e responsabilidades dos atores envolvidos. Essa ambiguidade surge da ausência de informações ou da presença de diferentes interpretações sobre um mesmo fenômeno, frequentemente conflitantes.

Assim, o modelo dos fluxos múltiplos foca no processo de construção da *agenda setting*, entendido como a etapa em que as interações entre os participantes geram conflitos e consensos. O processo busca explicar como os problemas se transformam em problemas políticos, captando a atenção do público e dos políticos e ganhando espaço na agenda governamental.



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

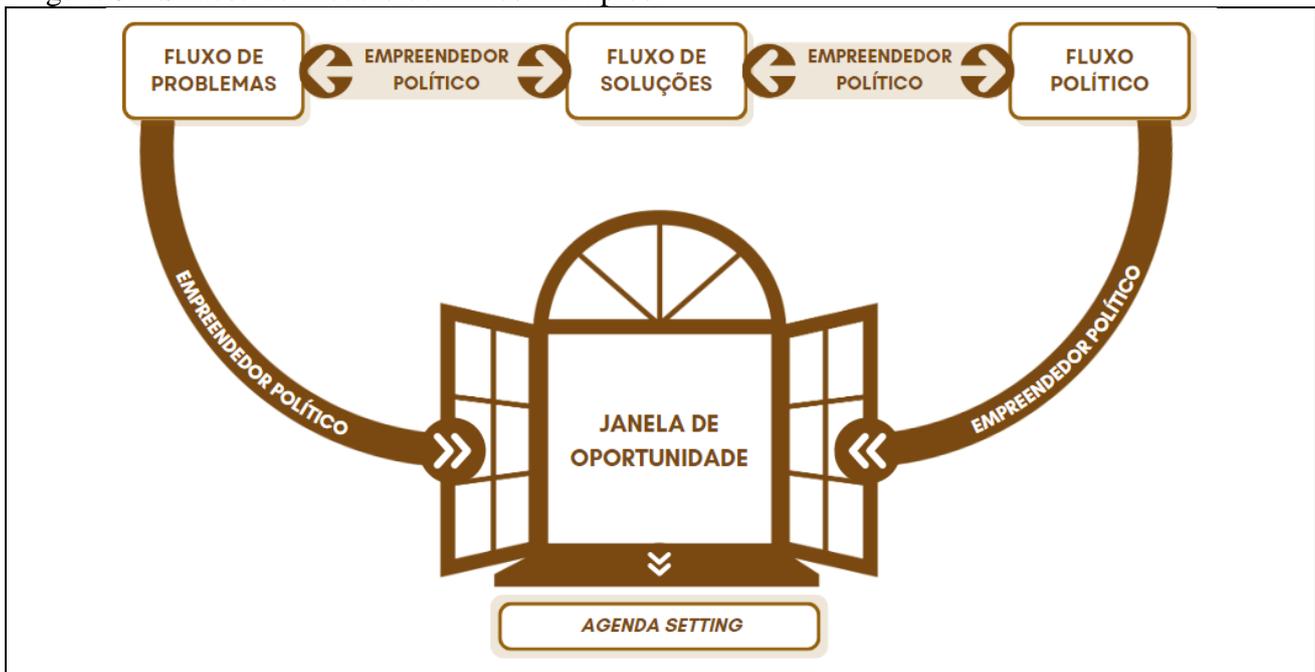
V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

Kingdon (2003) identifica três fluxos independentes que influenciam a agenda governamental, a saber: i. o fluxo de problemas, ii. o fluxo de soluções e, iii. o fluxo político. O fluxo de problemas inclui indicadores que mensuram a situação, eventos como crises e desastres, e o monitoramento do orçamento e custos. O fluxo de soluções envolve a participação de especialistas e outros atores que propõem ideias e alternativas para conceituar os problemas. O fluxo político é influenciado pelo clima nacional, forças políticas organizadas, e mudanças no governo, como trocas de mandatos, que podem alterar posições estratégicas e, assim, influenciar a formação da agenda.

O processo de tomada de decisão nas políticas públicas pode ser representado por três correntes que se desenvolvem de forma independente: o fluxo de problemas, o fluxo de soluções e o fluxo político (Kingdon, 2003). Assim, a agenda do governo é pautada pelo surgimento e reconhecimento de um problema, pela participação dos especialistas que oferecem ideias e alternativas, e pelo contexto político favorável. A convergência desses fluxos, influenciada pela presença e atuação dos empreendedores políticos, resulta na abertura de janelas de oportunidades, momentos em que novos itens podem ascender na agenda política, conforme relacionado na Figura 01.

Figura 01. Síntese do modelo de fluxos múltiplos.



Fonte: Kingdon (2003). Adaptado e organizado pela autoria (2024).

Os problemas influenciam a formação de agendas, porém, nem todos são pautados. Um problema ganha atenção por meio de indicadores, crises, símbolos e feedback das ações governamentais. Para identificar problemas que motivaram a política de desenvolvimento local é essencial considerar o cenário político e econômico nacional e internacional, crises recentes e mudanças no sistema capitalista.

No Brasil, políticas de desenvolvimento passaram de um Estado centralizador para um Estado mínimo e descentralizado. Soluções ou ideias geradas pelos participantes nem sempre se relacionam

XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

diretamente com problemas observados; precisam de um contexto político favorável para serem consideradas. No Brasil, as estratégias para promover o desenvolvimento local surgiram como solução para políticas nacionais ineficazes e alinharam-se com a mudança de postura de organismos internacionais. O fluxo político, formado por coalizões e negociações, também influencia a agenda. Quando os fluxos de problemas, soluções e políticos convergem, ocorre uma "janela de oportunidades", permitindo que novos itens ascendam na agenda, frequentemente impulsionados por empreendedores políticos (Kingdon, 2003).

Breve contextualização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A Constituição Nacional de 1988 priorizou o combate às desigualdades regionais como base para o desenvolvimento nacional, aproveitando as potencialidades existentes. Visando reduzir essas desigualdades e fomentar o desenvolvimento a partir das oportunidades regionais, foram lançadas ações em prol das regiões menos favorecidas do país. O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 nacional (Brasil, 2004) destacou a redução das desigualdades regionais como macro objetivo e implementou políticas públicas de desenvolvimento regional como estratégia. Em 2007, o Ministério da Integração Nacional definiu uma agenda com prioridades como: estruturar instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional; estabelecer uma política nacional para ordenamento territorial; incentivar e desenvolver a câmara de políticas de integração nacional e desenvolvimento regional; e implementar a política nacional para o desenvolvimento regional.

O período de 2003 a 2011 foi considerado a fase I da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), durante o qual o governo lançou projetos nacionais com macro estratégias, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este programa visava potencializar o desenvolvimento nacional através de ações em regiões de baixa densidade social e com oportunidades de crescimento, como as regiões norte e nordeste do país. Em 2012, a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional visou alinhar e superar falhas da PNDR. A segunda fase propôs integrar instituições para formar um sistema nacional de desenvolvimento regional. O PPA 2012-2015 (Brasil, 2012) focou em projetos para regiões carentes, enquanto o PPA 2016-2019 (Brasil, 2016) implementou a PNDR fase II, aprovada pelo Decreto Presidencial No. 9.810 de 2019. A PNDR II, sob o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, prioriza a reativação de políticas, núcleos de inteligência regional e rotas de desenvolvimento. A política deve apoiar regiões de baixo dinamismo e as mais desenvolvidas, fornecendo recursos financeiros e intelectuais.

O Brasil desenvolveu o modelo de aglomerações produtivas, como por exemplo os chamados Arranjos Produtivos Locais (APLs), e mais recentemente os ecossistemas de inovação, inspirado em conceitos internacionais de desenvolvimento local. Este modelo surgiu como solução para problemas como a guerra fiscal entre estados e a dificuldade de manter o desenvolvimento baseado no investimento público em empresas estatais. A adoção de tais modelos também atendeu às recomendações de organismos internacionais como o Banco Mundial e a ONU, alinhando-se ao capitalismo global e às necessidades tecnológicas.

Nesse sentido, o objetivo foi fomentar o aprendizado coletivo e aproveitar o capital social histórico para fortalecer a confiança e a cooperação entre atores locais. As Políticas Públicas estimularam um ambiente favorável à cooperação e inovação tecnológica, essenciais para a competitividade e desenvolvimento socioeconômico. Cassiolato (2002) destaca que essas aglomerações geram



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

confiança e inovação. Marshall (1982) aponta vantagens como externalidades e conhecimento tácito nas interações. A RedeSist, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, identifica características essenciais dos APLs, incluindo aglomeração territorial, foco específico de atividades e cooperação para aprendizagem e inovação. Logo, as Políticas Públicas são necessárias para criar um ambiente que promova essa cooperação e aprendizado coletivo.

Desde 2003, as políticas de desenvolvimento local, como a dos APLs, são agenda de Estado no Brasil, abrangendo ciclos políticos e planos plurianuais. Coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento, ações são desenvolvidas em conjunto com ministérios, secretarias estaduais e organismos públicos e privados, priorizando a competitividade e a cooperação.

Aglomerações produtivas na agenda Setting de políticas públicas do Estado do Paraná

O processo de determinar questões a serem apreciadas na atenção e cenário político é conhecida como *agenda setting* (definição de agenda). E, é um processo que busca entender como e por que certas questões se tornam objeto de deliberação e ação governamental. A teoria de agenda setting pode ser dividida em três eixos, a saber: i. agenda midiática, ii. agenda pública e iii. agenda governamental (Brasil; Capella, 2015). A agenda midiática (*media agenda-setting*) está articulada com mídia para selecionar e destacar determinados temas, moldando assim a percepção pública sobre as temáticas colocadas como importantes. A agenda pública (*public agenda-setting*) explora como os temas destacados pela mídia influenciam a opinião pública e a percepção coletiva da importância desses temas, em relação as causa-efeito de cada temática. E, por fim, a agenda governamental (*policy agenda-setting*) busca analisar como questões específicas ascendem à agenda governamental, tornando-se objeto de deliberação e ação política, avaliando a captação de audiência, da emergência das temáticas discutidas e, assim como considerar a reação/ação de determinados atores e grupos.

Ademais, além dos eixos atrelados a *agenda setting*, consideramos também os mecanismos de influencias manifestados pela definição de agenda. A mobilização da opinião pública condiciona a percepção de expansões de conflitos, em que a atração de movimentos pensados por tomadores de decisão reflete à modelos de iniciativa externa (questões que emergem fora do governo e ganham atenção pública), e/ou modelos de mobilização (questões que surgem dentro do governo e buscam apoio popular) e/ou modelos de iniciativa interna (questões técnicas que permanecem dentro do governo) (Capella, 2012). Explicando, assim, como determinadas temáticas chegam aos assuntos governamentais, criando uma relação com a teoria dos fluxos múltiplos, em que se tem, a partir das expansões de conflitos, a janela de oportunidade necessária para os arranjos de mobilizações públicas. Conforme Scatolin et al. (2010), no estado do Paraná, as articulações para apoio e promoção das aglomerações produtivas, como os APLs começaram em sintonia com o governo federal. No PPA 2004-2007 (Brasil, 2004), o governo paranaense inseriu instrumentos e criou a Rede APL Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL). Essa rede era composta por diversos órgãos públicos e privados, incluindo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), a Agência de Fomento do Paraná, o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), a Agência Paraná de Desenvolvimento (APD), a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), empresas e universidades.



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

Em 2005, o IPARDES (Paraná, 2006) coordenou um projeto que identificou e mapeou 22 APLs, oferecendo relatórios e sugestões para orientar o desenvolvimento de políticas públicas estaduais focadas nos APLs. No PPA 2008-2011 (Brasil, 2008), o Paraná dedicou espaço e recursos para a promoção de APLs, destacando a construção e atualização dos centros tecnológicos de pesquisa e a realização de eventos. No PPA 2012-2015 (Brasil, 2012), os APLs foram citados como estratégia de desenvolvimento em itens como "Desenvolvimento das Cidades", "Paraná Competitivo" e "Paraná Inovador", mas sem detalhes específicos sobre recursos ou ações. A Lei Paranaense No. 18.661/15 (Paraná, 2015), que aprova o PPA 2016-2019 (Brasil, 2016), menciona os APLs no programa "Desenvolvimento Econômico Sustentável", citando metas de fortalecimento, atração e integração de empresas no estado, utilizando o modelo APLs como estratégia para fortalecer cadeias produtivas e atividades industriais. Nessa mesma linha da estratégia para o desenvolvimento local, o Estado apresentou recentemente o modelo denominado "Ecosistemas de Inovação", que prevê a sintonia de esforços entre a iniciativa privada e o setor público, tendo o conhecimento e a inovação como propulsores do desenvolvimento socioeconômico.

Considerações Finais

Revisar a bibliografia e analisar o modelo de fluxos múltiplos na formação da agenda setting das políticas públicas de fomento ao desenvolvimento local atendeu às expectativas de contribuir e disseminar conhecimento sobre a temática. A pesquisa demonstrou que, por meio do modelo de fluxos múltiplos, é possível analisar a presença de aglomerações produtivas, como os APLs e outros na formação de agendas políticas no Estado do Paraná.

A janela de oportunidades se abre na convergência de diversos fluxos, influenciados por múltiplos atores. Os fluxos de problemas incluem a reestruturação produtiva, a política do estado mínimo na produção, o enfraquecimento da política de renúncia fiscal para atrair grandes empresas, a descentralização das políticas federais de investimento e a concorrência externa predatória. Os fluxos políticos são influenciados por alinhamento político ideológico com o governo federal, queda no PIB, aumento da pobreza, IDH baixo, abertura comercial, desemprego e influência de organismos internacionais.

Já os fluxos de soluções para as aglomerações produtivas focam em ênfase nas variáveis microeconômicas, desenvolvimento endógeno via interação e cooperação, e compatibilidade com os organismos internacionais. Contudo, devido à falta de sintonia, muitas pautas não conseguem perenidade suficiente para avançar de uma gestão de governo para outra. Durante a análise, percebeu-se que organismos internacionais influenciam os fluxos e, conseqüentemente, a pauta da agenda setting.

Este trabalho possui limitações. Portanto, sugere-se que o modelo de fluxos múltiplos não é suficiente para analisar todas as fases da política, apenas para a pontualidade do uso relacionado a formação de agenda. Faz-se necessário recorrer a outros modelos para uma análise completa, desde a formação da agenda até a fase de encerramento, de forma que a formulação seja integrativa e recorrente.

Referências

ASSIS, Maria Cristina de. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2009.



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. O processo de agenda-setting para os estudos das Políticas Públicas. **RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, 2015.

BRASIL. Decreto no. 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm. Acesso em 05 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Lei no. 10.933. Dispõe sobre o Plano Plurianual, para o período 2004-2007. Brasília: Diário Oficial da União 11 Ago, 2004. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Lei no. 11.653. Dispõe sobre o Plano Plurianual, para o período 2008-2011. Brasília: Diário Oficial da União 07 Abr. 2008. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Lei no. 12.593. Dispõe sobre o Plano Plurianual, para o período 2012-2015. Brasília: Diário Oficial da União 20 Dez. 2012. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Lei no. 13.249. Dispõe sobre o Plano Plurianual, para o período 2016-2019. Brasília: Diário Oficial da União 14 Jan. 2016. Acesso em: 5 jul. 2024.

CAPELLA, ACN. A política de acesso à agenda governamental. Gramado/RS: **8º Encontro da ABCP**, 2012.

CARDOSO JUNIOR., José Celso. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil**: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. Texto para discussão 1584. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9756. Acesso em: 5 jul. 2024.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais no Brasil. Proposição de Políticas para a Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias empresas. Notas técnicas da fase II do Projeto "Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos e inovativos locais de micro, pequenas e médias empresas brasileiras". Rio de Janeiro: UFRJ, **Redesist**, p. 12, 2002.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná: etapa 1 – identificação, mapeamento e construção da tipologia das aglomerações produtivas. Curitiba: IPARDES, 2006. Acesso em: 5 jul. 2024.

Kingdon, J. W. **Agenda, alternativas and public policies**. 3a. ed. New York: Harper Collins, 2003
Lasswell, Harold D. (1956), **The Decision Process**: Seven Categories of Functional Analysis, College Park, MD, University of Maryland Press.

LOWI, T. Four Systems of policy, politics, and choice. **Public Administration Review**, v. 32, n. 4, p. 298- 310, 1972.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril cultural, v.1, 1982.

PARANÁ. Lei n.17.013, de 14 de dezembro de 2011. Institui o Plano Plurianual 2012-2015. Diário da Justiça do Estado, Curitiba, 14 dez. 2011. Acesso em: 5 jul. 2024.



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

PARANÁ. Lei n.18.661, de 22 de dezembro de 2015. Dispõe sobre o Plano Plurianual 2016-2019 e dá outras providências. Diário da Justiça do Estado, Curitiba, 22 dez. 2015. Acesso em: 5 jul. 2024.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Você conhece os Ecossistemas de Inovação e Sistemas Regionais de Inovação do Paraná?. 2020. Disponível em: <<https://sebraepr.com.br/comunidade/artigo/ecossistemas-e-sistemas-regionais-de-inovacao-do-parana>>. Acesso em: 5 jul. 2024.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: Conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo. CENGAGE Learning, 2012.

ZAHARIADIS, Nikolaos. **The multiple streams framework**: Structure, limitations, prospects. in: SABATIER, Paul. Theories of the policy process. 2ª. Ed. Colorado, EUA: Westview Press, 2007.

